

Governadores endurecem o jogo

Peemedebistas condicionam apoio à reeleição a uma melhor negociação das dívidas dos estados

Os nove governadores do PMDB apoiarão a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, se o Governo federal concordar em reduzir para 6% das suas receitas os gastos com o pagamento das dívidas estaduais. Os governadores estão dispostos a ampliar os cortes em seus gastos e acelerar o processo de privatizações, mas se ressentem pelo fato de já terem realizado muitos cortes e até agora não terem obtido nenhum êxito na renegociação das dívidas. O problema é que sem dinheiro para investimentos, poucos poderão ser candidatos à reeleição.

Para abrir os canais de comunicação entre os governadores peemedebistas e o presidente Fernando Henrique, o governador gaúcho Antônio Britto foi pessoalmente ouvir as reclamações de cada um e avaliar as possibilidades de fechar um acordo que permita ao PMDB antecipar a convenção nacional. A idéia é alterar a decisão do partido que impede a discussão da reeleição este ano. Britto também examinou com seus colegas de partido a possibilidade de se fechar um acordo para viabilizar a votação da emenda da reeleição em janeiro.

Os governadores do PMDB querem que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, conceda aos estados as mesmas facilidades de refinanciamento que o Fundo Monetário Internacional (FMI) permitiu

ao Brasil no processo de renegociação da dívida externa. Prazos mais longos e juros mais baixos, reivindicam os governadores consultados por Britto. "Sempre apoiamos a reeleição, mas não podemos continuar comprometendo por mês toda a nossa arrecadação com o pagamento de dívidas", anunciou José Maranhão, da Paraíba. "Sempre fui favorável à reeleição já, mas nossa negociação tem que ser global, e nos moldes permitidos à dívida externa do País, acrescentou.

Obras - Da mesma forma, o governador do Piauí, Francisco de Assis, o "Mão Santa", vem pagando R\$ 9 milhões por mês em dívidas, comprometendo 15% de suas receitas, mas quer reduzir esse desembolso para 6% da arrecadação. Segundo ele, o funcionalismo já está atrasado em quase dois meses e faltam recursos para obras sociais.

Para Divaldo Surugay, de Alagoas, a questão da reeleição é pacífica no PMDB, e a direção nacional está "isolada" quando prega o adiamento da decisão. "O problema é que a crise financeira poderá provocar a ingovernabilidade", alertou Surugay, que deseja incluir na proposta a ser apresentada ao Senado a suspensão negociada do pagamento das dívidas com os bancos estaduais por 90 dias. "Jamais decretaria moratória unilateral", frisou.